



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE  
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS  
SOCIAIS APLICADAS  
E A COMPETÊNCIA NO  
DESENVOLVIMENTO  
HUMANO**



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE  
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS  
SOCIAIS APLICADAS  
E A COMPETÊNCIA NO  
DESENVOLVIMENTO  
HUMANO**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof<sup>a</sup> Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 As ciências sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-38-6

DOI 10.22533/at.ed.386200903

1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 301

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book as “*Ciências Sociais Aplicadas e a Competência do Desenvolvimento Humano*” através de 2 volumes em que estão dispostos 51 artigos.

No primeiro volume estão disponíveis 29 artigos divididos em duas seções. A primeira seção ***Estado e Políticas Públicas*** apresenta artigos com temas relacionados às funções e formas de atuação do Estado diante das previsões legais e demandas voltadas para o atendimento a situações de vulnerabilidade e risco sociais expressas através dos conflitos e desigualdades que permeiam a sociedade contemporânea, o que vem sendo materializado através das diversas políticas públicas implementadas.

São contemplados também no primeiro volume através da seção ***Desenvolvimento Local Sustentável*** a relação com a política agroambiental, agricultura familiar, questões de gênero e aspectos culturais.

O segundo volume do e-book contempla 22 artigos organizados através de três seções, sendo: ***Política Econômica e Gestão Financeira***, em que são apresentados estudos principalmente relacionados a questão contábil e gestão financeira em âmbito familiar, no entanto, não deixa de apontar a relação com a política econômica, o que é tratado de forma mais ampliada através do primeiro artigo da seção voltado para o estudo do pagamento da dívida externa brasileira entre o deficit e o superavit.

Os artigos que se relacionam com a ***Cultura Organizacional*** contemplam estudos voltados para a compreensão e análise das características do mercado brasileiro, desafios e potencialidades expressas através da presença da inovação tecnológica, desenvolvimento de competências gerenciais, processos de comunicação e capital intelectual.

O e-book é encerrado com a seção ***Ensino e Pesquisa***, em que são apresentados oito artigos que abordam metodologias de pesquisa e de ensino e o uso de métodos e referenciais teóricos que contribuem para os processos de formação e desenvolvimento da ciência no Brasil.

Boa leitura a todos!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

# SUMÁRIO

## ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### **CAPÍTULO 1 ..... 1**

A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: PROTEÇÃO DA BUROCRACIA OU DOS BUROCRATAS?

[Kamila Pagel de Oliveira](#)  
[Gabriel Maggi Vieira](#)  
[Luana de Castro Lopes](#)  
[Mariana Marcatto do Carmo](#)

**DOI 10.22533/at.ed.3862009031**

### **CAPÍTULO 2 ..... 26**

A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES NO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS

[Izabelle Maria Santos Cária](#)  
[Marconi Martins de Laia](#)

**DOI 10.22533/at.ed.3862009032**

### **CAPÍTULO 3 ..... 39**

A REDE DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS: COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

[Sidiane dos Santos Alvaristo](#)  
[Tiago Luiz Pereira](#)

**DOI 10.22533/at.ed.3862009033**

### **CAPÍTULO 4 ..... 46**

CUSTO NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTO 2011 A 2015

[Luciene de Souza Borges](#)  
[Ricardo Neves Borges](#)

**DOI 10.22533/at.ed.3862009034**

### **CAPÍTULO 5 ..... 59**

VULNERABILIDADES E DESAFIOS DAS PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA EM RONDON DO PARÁ

[Ingrid Gomes Bassi](#)  
[Mateus Paixão Cardoso](#)

**DOI 10.22533/at.ed.3862009035**

### **CAPÍTULO 6 ..... 63**

O IMPACTO DO FEMINICÍDIO EM GRUPOS ÉTNICOS NO BRASIL

[Joelmara Furtado dos Santos Pereira](#)  
[Evandro Costa Pereira](#)  
[Janaína Arruda Aragão](#)  
[Samara Letícia Mendonça Pereira](#)  
[Franco Celso da Silva Gomes](#)  
[Luzinete Pontes Brandão](#)  
[Loysianne Nascimento Araújo Lopes](#)  
[Givaldo de Jesus Pinheiro Lopes](#)  
[Rafaela Duailibe Soares](#)

Francisca Bruna Arruda Aragão  
DOI 10.22533/at.ed.3862009036

**CAPÍTULO 7 ..... 72**

REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA, MASCULINIDADE E RACISMO

Wilma Lucia Rodrigues Pessoa  
Nivia Valença Barros

DOI 10.22533/at.ed.3862009037

**CAPÍTULO 8 ..... 86**

OS AVANÇOS NAS DISCUSSÕES SOBRE VELHICE E ENVELHECIMENTO E SUA INFLUÊNCIA NOS CONCEITOS ATUAIS

Thânia Mara Kaminski Jacon  
Paola Andressa Scortegagna

DOI 10.22533/at.ed.3862009038

**CAPÍTULO 9 ..... 100**

PERSPECTIVA MIGRACIONAL NO PARADOXO ENTRE A MOBILIDADE TRANSNACIONAL E A REPRESSÃO PELA SECURITIZAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

Marinês Ivanowski Kochi

DOI 10.22533/at.ed.3862009039

**CAPÍTULO 10 ..... 113**

PRÁTICAS COMUNS DE BARGANHA: A GUERRA FISCAL ENTRE UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Edilene Mayumi Murashita Takenaka  
Alan Edimilson da Silva

DOI 10.22533/at.ed.38620090310

**CAPÍTULO 11 ..... 123**

PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO NA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA SAÚDE PÚBLICA

Gabriela Perusatto Llano  
Nelson José Thesing  
Patrícia Luiza Schuh  
Dieter Siedenberg  
Sérgio Luís Allebrandt

DOI 10.22533/at.ed.38620090311

**CAPÍTULO 12 ..... 138**

REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Lucas Braga da Silva  
Lucivania Pereira Gloria

DOI 10.22533/at.ed.38620090312

**CAPÍTULO 13 ..... 147**

SEGURANÇA ALIMENTAR: O DESENVOLVIMENTO ORÇAMENTÁRIO DE UMA POLÍTICA FUNDAMENTAL PARA SOCIEDADE

Eliane Vieira Lacerda Almeida  
Fabiana Aldaci Lanke  
Milton Leonardo Jardim de Souza  
Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues

DOI 10.22533/at.ed.38620090313



<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>160</b>
DO DEVER DE CUIDAR DA PROLE E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL PROVENIENTE DO ABANDONO AFETIVO DO GENITOR	
<a href="#">Vanuza Pires da Costa</a> <a href="#">Leila Rufino Barcelos</a> <a href="#">Márcia Denise dos Santos Lamas Dalmaso</a> <a href="#">Dhenize Maria Franco Dias</a> <a href="#">Danilo Bezerra de Castro</a> <a href="#">Bruno Vinícius Nascimento Oliveira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38620090314</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>172</b>
LICITAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL COM O ADVENTO DA LEI 12.349 DE 15.12.2010	
<a href="#">Maíra Bogo Bruno</a> <a href="#">Candida Dettenborn</a> <a href="#">Rômulo de Moraes e Oliveira</a> <a href="#">Raphael Lemes Elias</a> <a href="#">Alessandro de Paula Canedo</a> <a href="#">Aloisio Alencar Bolwerk</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38620090315</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>181</b>
LA CONTAMINACIÓN DEL AIRE EN EL MUNICIPIO DE MEDELLÍN Y EL PRINCIPIO DE PREVENCIÓN COMO MEDIDA DE PROTECCIÓN ADMINISTRATIVA EN MATERIA DE SUSTENTABILIDAD	
<a href="#">Gustavo Andrés Cano Cadavid</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38620090316</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>194</b>
SENTENÇAS SUBVERSIVAS: A PRESERVAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	
<a href="#">Tarcísio Germano de Lemos Filho</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38620090317</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>215</b>
LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR NO SETOR DE MINERAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO SAMARCO	
<a href="#">Juliana Campos Lopes</a> <a href="#">Jacques Demajorovic</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38620090318</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>228</b>
GOBERNANZA EN LOS ESTADOS CONSTITUCIONALES: ESTADO DE COSAS INCONSTITUCIONAL COMO HERRAMIENTA PARA EL ALCANCE DE LOS OBJETIVOS QUE PERSIGUE LA GOBERNANZA	
<a href="#">Fernando Arcila Castellanos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38620090319</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>239</b>
ANÁLISE DE AGRUPAMENTO OBTIDOS COM A RELAÇÃO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO	

Mácio Augusto de Albuquerque

Ramylla de Almeida Batista

DOI 10.22533/at.ed.38620090320

**CAPÍTULO 21 ..... 260**

O BOM DÉSPOTA E O BONAPARTISMO – O GOVERNO E A POLÍTICA COMO REPRESENTAÇÃO DO TEATRO DA ERA ELIZABETANA

Mateus Santos Borges

Maurício Rosendo Leandro dos Santos

Vanderlei Souza Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38620090321

**CAPÍTULO 22 ..... 271**

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS E DESEMPENHO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008-2012: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

Fábio Marcelus Silva de Almeida

Lindomar Pinto da Silva

Miguel Angel Rivera Castro

Denise Ribeiro de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.38620090322

**CAPÍTULO 23 ..... 293**

A IMPARCIALIDADE DO JUIZ FRENTE ÀS REDES SOCIAIS E A ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO MAGISTRADO

Maíra Bogo Bruno

Vanuza Pires da Costa

Leila Rufino Barcelos

Mateus Bezerra de Castro

Candida Dettenborn

Rômulo de Moraes e Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.38620090323

## DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

**CAPÍTULO 24 ..... 302**

A POLÍTICA AGROAMBIENTAL E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OSVALDO DE OLIVEIRA (RJ)

Paulo Brasil Dill Soares

Andreza Aparecida Franco Câmara

DOI 10.22533/at.ed.38620090324

**CAPÍTULO 25 ..... 316**

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ - PA: UMA PERSPECTIVA PRELIMINAR CONSIDERANDO INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO

Dorivaldo Rosa França

Terlys de Araújo Silva

Lilian Coelho de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.38620090325

**CAPÍTULO 26 ..... 322**

O ARTESANATO COMO ELEMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO EM

MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

Thiago de Sousa Santos

Raquel da Silva Pereira

DOI 10.22533/at.ed.38620090326

**CAPÍTULO 27 ..... 328**

UM ESTUDO SOBRE COOPERATIVISMO, ADMINISTRAÇÃO, GOVERNANÇA COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E PRIORIDADES PARA A SUSTENTABILIDADE FUTURA

Pedro Luís Büttenbender

Ariosto Sparemberger

Matheus Nonnemacher Büttenbender

Bruno Nonnemacher Büttenbender

Giovana Fernandes Writzl

Alceu Van Der Sand

DOI 10.22533/at.ed.38620090327

**CAPÍTULO 28 ..... 346**

DESAFIOS DA PESQUISA DE GÊNERO NA PESCA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO DE AMPs: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COMUNIDADE DO SUL DO BRASIL

Giovanna Carla Barreto

Isabeli Cristina Gomes Mesquita

Tainah Maria de Souza Lunge

Melina Chiba Galvão

DOI 10.22533/at.ed.38620090328

**CAPÍTULO 29 ..... 359**

O MAPIKO DE MOÇAMBIQUE: DIÁLOGO ENTRE TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Mariana Conde Rhormens Lopes

DOI 10.22533/at.ed.38620090329

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 369**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 370**

## LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR NO SETOR DE MINERAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO SAMARCO

*Data de aceite: 20/02/2020*

*Data de submissão: 14/01/2020*

**Juliana Campos Lopes**

Centro Universitário FEI

<http://lattes.cnpq.br/7707349844185289>

**Jacques Demajorovic**

Centro Universitário FEI

<http://lattes.cnpq.br/9459149100534130>

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é discutir a licença social para operar (LSO) nos países em desenvolvimento com base no estudo de caso do rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, a maior tragédia socioambiental do Brasil. Os procedimentos metodológicos incluem análise documental das matérias jornalísticas publicadas na mídia no período anterior ao rompimento e dos relatórios de sustentabilidade da empresa, bem como entrevistas com seus públicos de interesse. A análise de conteúdo foi empregada de forma a entender como os critérios determinantes da Licença Social para Operar, identificados na revisão da literatura, foram ou não confirmados no processo de gestão da Samarco. A partir da triangulação e análise dos dados coletados

constata-se que a Samarco seguiu alguns dos critérios determinantes da LSO como investimento na comunidade local. No entanto, foram encontradas contradições entre a prática da empresa e seus esforços de gestão da LSO, como o descumprimento da legislação em relação a aspectos de saúde, segurança e meio ambiente, bem como a falta de transparência em relação aos riscos de suas operações. Conclui-se que o processo parcial ou incompleto de LSO verificado no caso Samarco ampliou a dependência econômica da região e a vulnerabilidade da população local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Licença Social para Operar, impacto socioambiental, risco, legitimidade, vulnerabilidade.

### SOCIAL LICENSE TO OPERATE IN MINING: NA ANALYSIS OF THE SAMARCO CASE

**ABSTRACT:** The objective of this paper is to discuss the social license to operate (LSO) in developing countries based on the case study of the mining company Samarco, which dam called Fundão collapsed, causing the largest socio-environmental tragedy in Brazil. The methodological procedures include documentary analysis of journalistic articles published in the media prior to the dam collapse

and the company's sustainability reports, as well as interviews with its stakeholders. The content analysis was employed in order to understand how the determining criteria of the Social License to Operate, identified in the literature review, were confirmed or not in Samarco's management process. As result of this analysis, we found that Samarco followed some of the LSO's determining criteria as investment in the local community. However, we identified contradictions between the company's practice and its LSO management efforts, such as non-compliance with legislation regarding health, safety and environmental aspects, as well as lack of transparency regarding the risks of its operations. As conclusion, we found that a partial or incomplete LSO process, verified in the Samarco case, increased the economic dependence of the region and the vulnerability of the local population.

**KEYWORDS:** Social License to Operate, social and environmental impact, risk, legitimacy, vulnerability.

## 1 | INTRODUÇÃO

A maior articulação e o empoderamento das partes interessadas ampliou a variedade dos atores na governança, com a sociedade civil e as forças do mercado compartilhando regularmente responsabilidade de governança com o Estado (PRNO; SCOTT; SLOCOMBE, 2012). Para o setor de mineração, particularmente, este argumento se justifica, pois, apesar de sua importância para a atividade industrial, o setor de mineração está sujeito a elevado escrutínio da sociedade e críticas devido aos impactos negativos de suas operações (LAMONTAGNE, 2015). Nesse contexto, as empresas de mineração necessitam obter, além da licença formal, uma legitimação ou uma licença social para operar (LSO) que vai além das obrigações formais (MOFFAT; ZHANG, 2014; PRNO, 2013; SANTIAGO; DEMAJOROVIC, 2016).

Na análise do caso Samarco, chama a atenção o fato de que a licença social para operar era um elemento importante na estratégia de Sustentabilidade Empresarial. Segundo o Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa (2014, p. 4), “por meio de uma conduta pautada no diálogo e transparência nas relações, a empresa conquistou a licença social para operar – ativo que ocupa lugar central em nosso Modelo de Sustentabilidade”, informa a publicação. Além disso, a empresa ocupava um papel de destaque no setor em relação a sua conduta, referendado por diferentes prêmios bastante conhecidos no meio empresarial empresarial como “Melhores e Maiores”, da Revista Exame, e Troféu Transparência, da SERASA/ANAFAC/FIPECAFI, em relação à divulgação de suas informações contábeis.

O presente trabalho parte da seguinte questão de pesquisa: considerando que a LSO integrava o modelo de sustentabilidade da Samarco, quais seriam as

limitações na aplicação desse conceito que ajudam a explicar as contradições entre o discurso da empresa e sua postura diante da maior tragédia sócio-econômico-ambiental do País?

Para tanto, o objetivo da pesquisa consiste em identificar as fragilidades no processo de LSO no contexto brasileiro com um estudo de caso sobre o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco. Como objetivos específicos buscou-se: a) discutir os critérios determinantes da LSO no contexto internacional; b) analisar criticamente as possibilidades e limites da LSO em países em desenvolvimento; e c) aplicar os critérios determinantes da LSO em um estudo de caso na realidade brasileira, o caso Samarco.

Para alcançar estes objetivos, os procedimentos metodológicos incluíram análise documental do conteúdo publicado na mídia sobre a Samarco antes do rompimento da barragem de Fundão e os relatórios de sustentabilidade da empresa, além de entrevistas de campo com múltiplos stakeholders. A principal contribuição dessa pesquisa consiste em lançar luz sobre elementos ainda pouco explorados na literatura como a assimetria de informações nas relações da empresa com suas partes interessadas e suas implicações para situações de riscos envolvendo operações de grandes empreendimentos em países em desenvolvimento.

## 2 | REVISÃO DA LITERATURA

A aprovação e a ampla aceitação da sociedade para as empresas conduzirem suas atividades constroem a LSO, que não pode ser concedida pelas autoridades, pelas estruturas políticas ou pelo sistema legal (SOLOMON; KATZ; LOVEL, 2008). A licença social para operar é fundamental na construção do que Dave Baker, executivo da Newmont Gold, chamou de capital reputacional. “Trata-se de uma estratégia poderosa de gestão do negócio baseada no reconhecimento de que o que uma empresa faz em qualquer localidade a qualquer *stakeholder* irá contribuir para a sua reputação mundialmente” (JOYCE; THOMSON, 2000).

Estudiosos da LSO têm feito recomendações para sua obtenção e manutenção que incluem: a) a necessidade de comunicação antes e após a implementação do projeto, b) transparência na divulgação de informações, c) desenvolvimento de mecanismos de resolução de conflitos e d) processos culturalmente adequados de tomada de decisão (PRNO, 2013).

Joyce e Thomson (2000) foram os primeiros a elaborar uma teoria a partir do conceito com base em sua experiência prestando consultoria para empresas que perderam a licença social para operar. Com essa conceituação teórica, os autores conferiram respeitabilidade à LSO ao incorporá-la à estratégia do negócio e competitividade, conhecida como a teoria de dependência de recursos (BOUTILIER;

BLACK; THOMSON, 2012).

Boutilier, por sua vez, (2011) sistematizou um processo para ganhar e manter a licença social para operar. Segundo ele, primeiramente, as empresas devem identificar todos os grupos que podem afetar ou são afetados pelo projeto. O método de referência ou “*snowball*” ajuda nesse sentido. Em segundo lugar, devem ser conduzidas entrevistas com os *stakeholders* para ouvir suas preocupações, obter as colocações/*ratings* da licença social para operar e registrar a força do relacionamento com esses grupos. Em terceiro lugar, devem ser criados mapas de redes para mostrar quem está aliado com quem, quem é mais influente e que nível de licença social cada grupo de *stakeholders* concede. Em quarto lugar, deve ser desenvolvida uma estratégia para: a) endereçar as preocupações dos *stakeholders* com as mudanças que a companhia planeja e pratica; b) construir acordo em torno de objetivos compartilhados com a comunidade/rede; e c) construir apoio para o papel da mineração na prosperidade da comunidade.

Trabalhando juntos, Thomson e Boutilier (2011) estabeleceram quatro níveis de obtenção da Licença social para operar: retenção, aceitação, aprovação e identificação psicológica; e três critérios de fronteiras que os separam, definidos essencialmente pela forma como a comunidade percebe a companhia: limite de legitimidade, limite de credibilidade e limite de confiança, esquematizados abaixo:

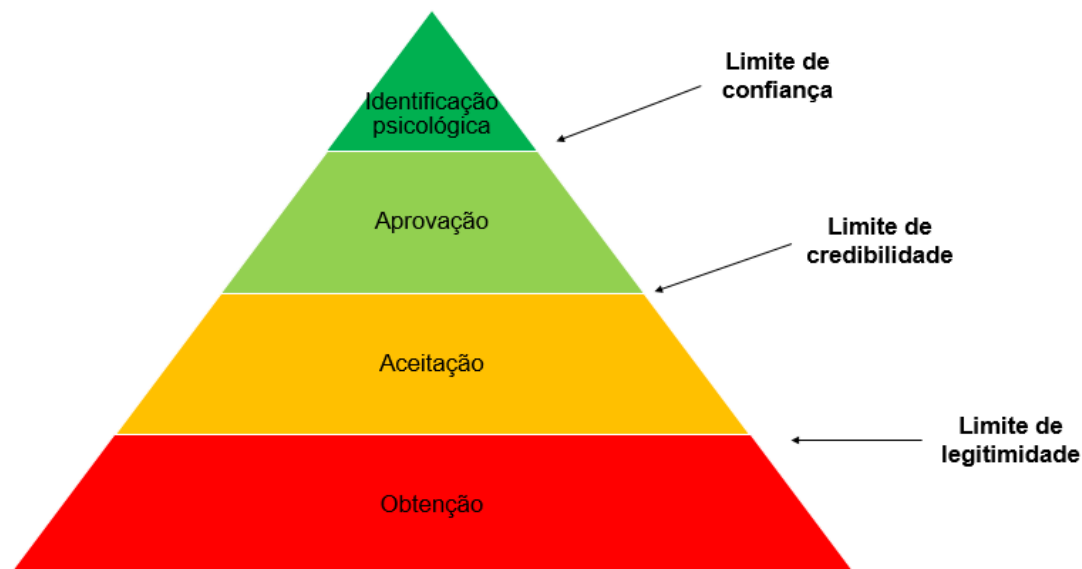


Figura 1: LSO

Fonte: Thomson e Boutilier, 2011

Os autores definem os componentes essenciais para cada uma das fronteiras, começando pela legitimidade que, segundo Knoke (1985), consiste na “aceitação do público em geral e das organizações relevantes para uma organização existir e exercer suas atividades de maneira eleita”. Na fase seguinte para conquista de

credibilidade, a transparência se mostra fundamental e “resulta da abertura de informação e tomada de decisão que demonstra como a companhia é consistente na maneira em que trata os distintos grupos”. Para ganhar credibilidade, portanto, as companhias devem cumprir promessas de curto prazo por meio de processos participativos para identificar as prioridades da comunidade que a companhia pode ajudar a realizar. Os autores também recomendam a verificação das declarações da companhia por uma terceira parte, bem como capacitar a comunidade para que ela desempenhe um papel regulador das atividades da empresa por meio de comitês por exemplo.

Segundo os autores, quando a empresa conquista a legitimidade e a credibilidade, é provável que a comunidade outorgue a licença social, que representa a ausência de risco sociopolítico e que a comunidade já não pode mais ser influenciada pela “retórica nós-contra-eles de movimentos anti-mineração” (BOUTILIER; THOMSON, 2011).

Em um estágio mais avançado de confiança, a comunidade – de boa vontade - se torna vulnerável às ações da companhia, pois o nível de confiança é tal que ela passa a crer que a companhia atua sempre pelos interesses da comunidade. Os autores defendem que, quando a comunidade percebe a empresa como totalmente confiável, existe um sentimento de copropriedade e a companhia se transforma em um membro da rede social da comunidade (THOMSON; BOUTILIER, 2011).

Em uma visão crítica desse modelo, Gaviria (2014) sugere que o estágio de copropriedade psicológica é “o melhor cenário possível para os gestores do risco social”. Acselrad e Pinto (2009) reforçam essa visão, argumentando que, ao responder parcialmente às carências de uma comunidade, “os programas de responsabilidade social se apresentam às empresas como meios idôneos para blindar e despojar as populações de sua própria capacidade crítica pela via da construção da docilidade na linha do que poderia ser considerado como uma política da resignação” (BENSON; KIRSCH, 2010).

Corroborando com essa linha de pensamento, Santiago (2016) conduziu estudos de caso em Minas Gerais no Brasil e concluiu que predominou uma Licença Social Para Operar instável devido à forte influência exercida pela vulnerabilidade social e dependência econômica. A principal diferença desses casos estudados em relação à literatura internacional existente até então consiste nos vazios institucionais – como o não atendimento de necessidades básicas que seriam responsabilidade do Estado e o baixo capital social das comunidades locais, tornando-as mais vulneráveis. Nesse contexto, a LSO tem baixa efetividade e se caracteriza por critérios de influência incompletos, sendo que a expectativa das partes interessadas se baseia na manutenção de empregos e demandas pontuais, sendo algumas delas de responsabilidade do Estado.



### 3 | METODOLOGIA

Considerando-se a transdisciplinaridade do objeto de estudo, optou-se por realizar uma pesquisa exploratória, usando a metodologia de estudo de caso que contribui para a identificação das características de um fenômeno, podendo estabelecer correlações entre variáveis, definir sua natureza, e determinar ou confirmar proposições de uma determinada teoria. (YIN, 2005)

Uma das fases importantes da aplicação desta técnica é a seleção apropriada do estudo de caso. Para Eisenhardt (1989), a singularidade do caso permite construir hipóteses sobre temas pouco pesquisados. O estudo de caso analisou a maior tragédia sócio-econômico-ambiental do Brasil que ocorreu na região de Mariana, Minas Gerais, com o rompimento da barragem de rejeitos da empresa de mineração Samarco, que tem como controladoras as multinacionais Vale e BHP Billiton.

Para fins de pesquisa, delimitou-se a unidade de análise ao Alto Rio Doce, região onde se deflagrou o rompimento da barragem e também a mais rural dentre os municípios atingidos. As entrevistas, assim como a visita de campo, concentraram-se no distrito de Bento Rodrigues, mas também foram realizadas entrevistas em uma visita a Barra Longa.

Para coleta de dados utilizou-se pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas. Foram analisados uma vasta gama de artigos acadêmicos, publicações de órgãos nacionais e internacionais sobre licença social para operar e os impactos das atividades minerárias. Na sequência, iniciou-se o trabalho empírico com a seleção de matérias jornalísticas publicadas sobre a Samarco sobre temas-chaves definidos com base nos critérios determinantes da LSO identificados na revisão da literatura, tendo como principais referências os trabalhos Thomson e Boutillier (2011) e Santiago (2016). O objetivo dessa análise foi identificar as percepções sobre as relações da Samarco com a comunidade e elementos de análise para orientar o trabalho de campo na condução das entrevistas semiestruturadas que serão realizadas na etapa posterior. Foram analisadas 81 matérias publicadas em veículos locais e regionais entre os anos de 2007 e 2015 sobre a Samarco, suas relações e impactos nas comunidades locais em que operava. Buscou-se nas matérias relações – quando havia – com critérios determinantes da LSO. Complementou-se a análise documental com a leitura dos relatórios de sustentabilidade, de 2005 a 2014, com objetivo de identificar também neste material elementos que se relacionassem aos fatores determinantes da LSO a fim de entender a evolução da importância desta variáveis nos relatórios.

A terceira fonte de coleta de dados consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas, a partir da identificação de *stakeholders* a fim de identificar o nível de LSO obtido pela Samarco junto à comunidade. Um total de 17 entrevistas

foram realizadas, incluindo moradores (12), representantes da Prefeitura (1), Representante do Ministério Público (1), representante da Arquidiocese (1), Samarco (1) e ONG (1).

Como estratégia de análise, optou-se pela análise de conteúdo, que se mostrou adequada para o estudo em questão, pois permite a decomposição do discurso e identificação de unidades de análise ou grupos de representações para uma categorização dos fenômenos, a partir da qual se torna possível uma reconstrução de significados que apresentem uma compreensão mais aprofundada da interpretação de realidade do grupo estudado (SILVA *et al.*, 2011). Segundo os autores, o método da análise de conteúdo aparece como uma ferramenta para a compreensão da construção de significado que os atores sociais exteriorizam no discurso, corroborando para o objetivo desta pesquisa.

#### 4 | RESULTADOS

O primeiro insumo para a análise de conteúdo foi o conjunto de matérias jornalísticas sobre a empresa e suas relações com a comunidade publicadas entre 2007 e 2015. Entre os aspectos observados das reportagens selecionadas, chama atenção o predomínio de matérias favoráveis à empresa.

O primeiro ponto a se destacar é a ampla predominância de reportagens que enaltecem aspectos positivos da empresa para sua comunidade, assim como qualidades do seu processo de gestão favorecendo uma elevada preocupação com as questões socioambientais. No total, 58 das 81 matérias publicadas tinham caráter favorável à imagem da empresa. Identificou-se ainda 14 matérias que apresentaram uma abordagem neutra, nem favorecendo, nem desfavorecendo a imagem e reputação da companhia e apenas 9 que enfatizam aspectos negativos das operações da Samarco. Considerando os resultados alcançados, a categoria que apresentou o maior número de recorrências foi a que engloba os impactos econômicos, ambientais e sociais. Nesse aspecto, a categoria de análise que apresentou o maior equilíbrio entre os conteúdos abordados, resultando em 13 reportagens favoráveis, 10 neutras e 8 contrárias. Os temas mais citados interpretados como positivos nas matérias jornalísticas foram: investimento para o aumento da capacidade produtiva da empresa, compensação financeira pela exploração e investimentos em capacitação profissional da mão-de-obra local. Já com relação aos aspectos negativos predominaram ora os impactos dos minerodutos da companhia no abastecimento de água, uma vez que dependiam de grandes volumes de recursos hídricos para escoar os minérios, ora a contaminação do rio causada pelo rompimento de um dos minerodutos da empresa. Um conteúdo considerado positivo frequentemente apresentado nas matérias relacionou-se a

diversos reconhecimentos e prêmios recebidos pela empresa, tais como Melhores e Maiores, da Revista Exame, Marcas mais prestigiadas, do Jornal Estado de Minas, e Troféu Transparência em relação à divulgação de suas informações contábeis, da Serasa/Anafac/Fipecafi.

Em seguida, buscou-se nas matérias selecionadas indícios dos critérios determinantes da LSO, identificados na revisão da literatura e apresentados a seguir:

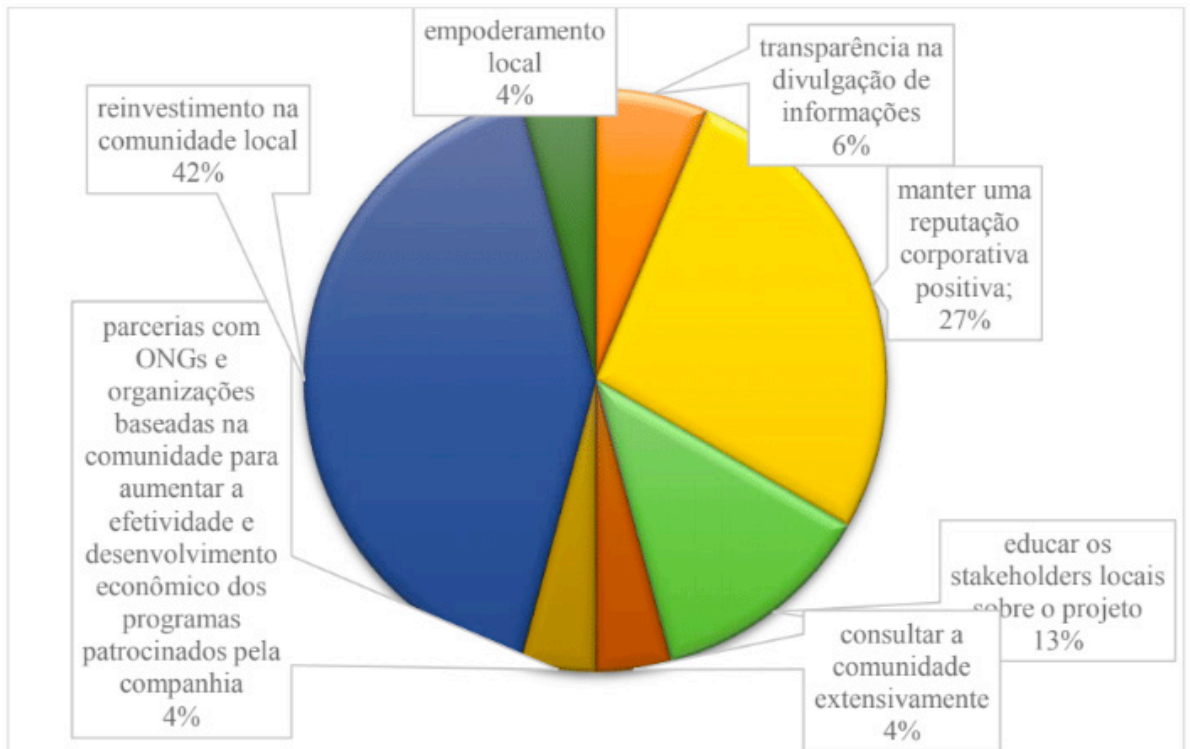


Figura 3: Critérios determinantes da LSO identificados na análise das matérias

Fonte: Autores

Conforme as proposições de Nelsen e Scoble (2006), Joyce e Thomsom (2000) e Thomson e Boutilier (2011), existem 11 fatores críticos para obter uma licença social. Desse total, a presente análise identificou 7 destes critérios. O fator mais presente foi o “Reinvestimento na comunidade local”, com 42%, por meio de projetos socioambientais em três eixos temáticos: capital humano, educação ambiental e geração de renda. O segundo fator crítico da LSO mais recorrente foi “Manter uma reputação corporativa positiva”, com 27%, evidenciado pelos inúmeros prêmios recebidos pela companhia. Outro fator cuja ocorrência se mostrou significativa foi “educar os stakeholders locais sobre o projeto”, identificado em 13% das matérias. Também foram encontradas citações sobre a Transparência na divulgação das informações (6%), parceria com ONGs e organizações baseadas na comunidade, consulta extensiva à comunidade (4%) e empoderamento da

comunidade local (4%). A partir dos resultados alcançados pela análise de conteúdo, infere-se que um número significativo dos pilares da LSO se encontra referenciado pelas reportagens. Foi igualmente realizada a análise de conteúdo dos relatórios da Samarco disponíveis de 2005 a 2014, observando as palavras mais frequentes de maneira geral e também a partir de palavras-chaves associadas aos critérios determinantes da licença social para operar.

Seguiu-se o mesmo processo para análise dos relatórios de sustentabilidade da empresa. A figura a seguir mostra a evolução dos fatores determinantes da LSO nos relatórios de sustentabilidade de 2005 a 2014:

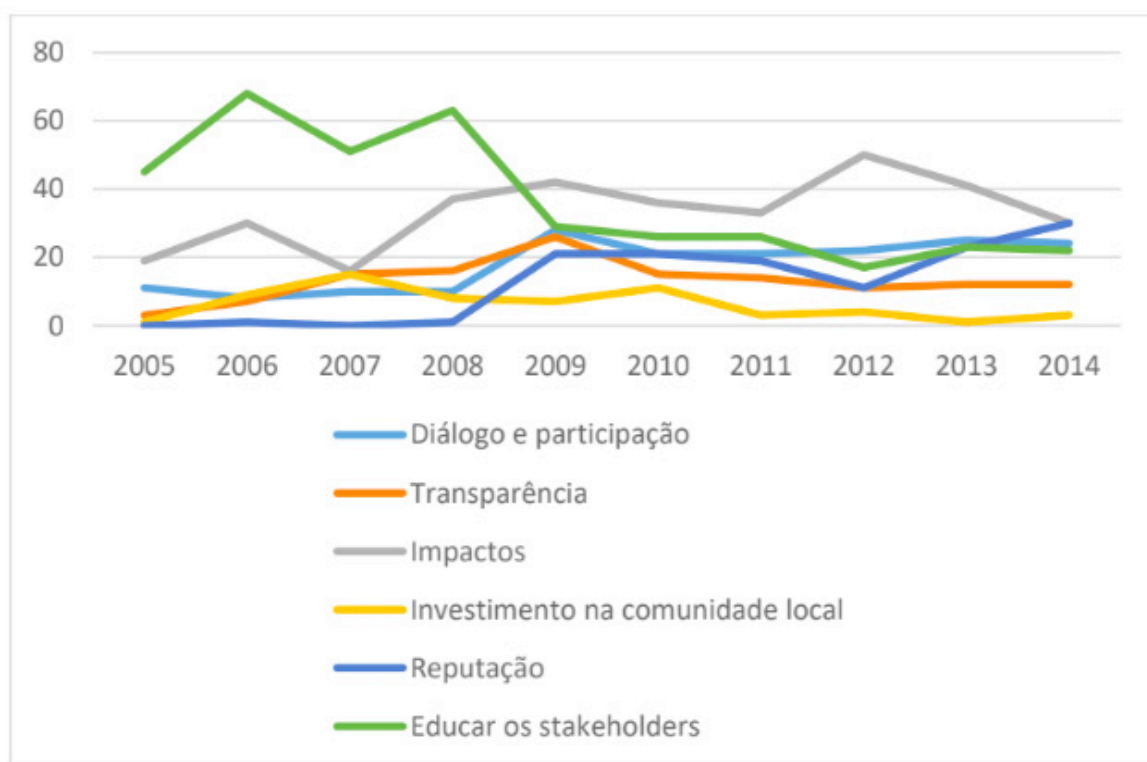


Figura 4: Evolução dos fatores determinantes da LSO nos Relatórios de Sustentabilidade

Fonte: autores

Notam-se evidências da licença social como ferramenta de gestão do risco social, conforme identificado na literatura (ACSELRAD, 2000; GRAVIRIA, 2014; SANTIAGO, 2016). Os indícios nesse sentido podem ser observados à medida que a questão de reputação cresce em importância no relato da companhia. Se, em 2005, não havia nenhuma menção à reputação, em 2014 essas citações chegam a 30. No relatório de 2011, a empresa faz menção à “Plataforma de Reputação da Samarco”, desdobramento da pesquisa realizada junto a suas partes interessadas aplicando a Metodologia RepTrak™ Deep Dive, do Reputation Institute, cujo resultado indicou que a mineradora possuía reputação “forte” junto aos seus públicos de relacionamento. Segundo indicado no relatório de sustentabilidade da

empresa, esse estudo tinha como objetivo apontar “as oportunidades para impactar positivamente a reputação e os riscos que devem ser gerenciados”.

Esta preocupação com a reputação e a LSO como instrumento de minimização de risco aparece também nas entrevistas. Segundo, o representante da Samarco, a aplicação dos princípios da LSO minimizou conflitos, com medidas de gestão de risco social e cuidado com os direitos humanos que ajudaram a empresa a manter o diálogo com as comunidades nesses momentos difíceis.

Apesar da revolta da comunidade, conseguimos continuar estabelecendo uma relação de confiança e construir soluções de resposta humanitária junto com as lideranças comunitárias. Três dias depois eu estava utilizando uniforme da própria empresa lá na região. Em outros casos isso seria impensável, o nível de conflito, de violência seria muito grande. A comunidade percebeu que a empresa, apesar de tudo que ocorreu, estava ali querendo resolver, se comprometendo e buscando uma solução para tratar das questões. (Representante da Samarco)

Entrevistas com moradores de Bento Rodrigues afetados pela ruptura da represa mostram que, de fato, a Samarco alcançou um alto grau de confiança da comunidade, com características do que Thomson e Boutilier (2011) classificaram como sendo o nível mais alto de licença social para operar, em que há identificação psicológica com o projeto ou a empresa.

Nós acreditávamos neles. Eles nos deixavam muito seguros. Nós nunca teríamos imaginado que a represa entraria em colapso. Eles costumavam ir ao meu restaurante, conversar conosco. Eles estavam presentes nas festas. Apoiava nossas festa, a Nossa Senhora das Mercês e de São Bento. (Moradora de Bento Rodrigues)

No entanto, observa-se em muitos depoimentos o sentimento de desapontamento em relação a empresa, na qual os atingidos depositavam muita confiança. A razão dessa frustração gira em torno da omissão por parte da mineradora dos problemas na barragem que já tinham sido constatados antes de seu rompimento – como demonstrou a investigação da força-tarefa montada pelo Ministério Público para apurar as causas da tragédia (O ESTADO DE S. PAULO, 2016).

Lá dentro, da área deles, eles lutavam tanto por segurança, porque eles não se preocuparam com a gente aqui fora? Se existia um risco, a primeira coisa seria comunicar a comunidade de Bento. Não importa se [a barragem] ia estourar ou não, mas pelos menos eles tinham que nos avisar. Mas nem isso eles fizeram. (Morador de Bento Rodrigues).

Essa postura entra em choque com o discurso da empresa alicerçado no diálogo e na transparência, observado tanto nos relatórios de sustentabilidade e quanto nas matérias jornalísticas. Outros elementos contraditórios também chamam a atenção, como a questão da assistência prestada aos atingidos após a tragédia. A empresa afirma em entrevista que sua ação foi além das exigências legais e cita como boas práticas medidas que resultaram de intervenções do Ministério Público.

## 5 | CONCLUSÕES

Embora a temática da LSO ganhe espaço crescente nos debates sobre o papel de controle social sobre empreendimentos de elevado impacto socioambiental, o caso Smarco indica os limites do uso desta estratégia em países em desenvolvimento.

O diálogo, a transparência, a consulta, a gestão de riscos e os investimentos locais foram frequentemente mencionados nos documentos da empresa analisados. Entrevistas revelaram que a empresa atingiu altos níveis de credibilidade e confiança e a LSO foi concedida nos termos do modelo Thomson e Boutilier (2011). A Samarco era considerada um membro genuíno da rede social da comunidade. No entanto, encontramos, neste caso, um processo de incompleto, uma vez que os esforços de gestão da LSO priorizaram o monitoramento da percepção da imagem e reputação da empresa junto a seus diferentes *stakeholders* (ACSELRAD, 2000; GAVIRIA, 2014). Os investimentos na área de desenvolvimento socioinstitucional tampouco promoveram o empoderamento das comunidades para minimizar a relação de dependência econômica ou reduzir a vulnerabilidade social. Além disso, tais níveis de confiança e dependência econômica do município encobriram riscos ambientais, sociais e econômicos, aumentando a vulnerabilidade da população e da comunidade local. Nesse contexto, os resultados do presente trabalho corroboram os argumentos de Acselrad e Pinto (2009) e de Benson e Kirsch (2010), segundo os quais a LSO pode atender mais os interesses das empresas do que da comunidade, na medida em que seus programas socioambientais e compensatórios enfraquecem a capacidade crítica dos grupos locais e contribuem para uma política de resignação no lugar de um processo de legitimação.

No entanto, as limitações da LSO apontadas nesse trabalho não minimizam o seu papel em países em desenvolvimento, mas chamam a atenção para a necessidade de que esse conceito também seja estudado desde a perspectiva dos grupos de interesse que sofrem os impactos e impactam as atividades da companhia e não o contrário. Sendo assim, existe um papel ainda subestimado da LSO que consiste em sua aplicação como instrumento de controle social, o que depende do empoderamento efetivo das comunidades locais e da sociedade civil organizada. Esse seria um contraponto para minimizar a assimetria de poder nas relações das comunidades locais e sociedade civil organizada com as empresas e também com o governo, podendo daí emergir novos modelos de governança que proporcionem melhor equilíbrio de benefícios econômicos, sociais e ambientais na já desgastada agenda de sustentabilidade.

## REFERENCIAS

- ACSELRAD, Henri; PINTO, Raquel G. A gestão empresarial do “risco social” e a neutralização da crítica. **Revista Praia Vermelha**, v. 19, n. 2, p. 51-64, 2009.
- BENSON, P.; KIRSCH, S. Capitalism and the politics of resignation. **Current Anthropology**, v. 51, n. 4, p. 459-486, 2010.
- BOUTILIER, R. G.; BLACK, L.; THOMSON, I. From metaphor to management tool: How the social license to operate can stabilise the socio-political environment for business. **International mine management 2012 proceedings**, p. 227-237, 2012.
- EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. **Academy of Management Review**, 1989.
- GAVIRIA, Edwin Muñoz. A “licença social para operar” na indústria da mineração: uma aproximação a suas apropriações e sentidos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 17, n. 2, p. 138-154, 2015.
- GUNNINGHAM, Neil; KAGAN, Robert A.; THORNTON, Dorothy. Social license and environmental protection: why businesses go beyond compliance. **Law & Social Inquiry**, v. 29, n. 2, p. 307-341, 2004.
- HOWARD-GRENVILLE, J.; NASH, J.; COGLIANESE, C. Constructing the license to operate: Internal factors and their influence on corporate environmental decisions. **Law and Policy**, v. 30, n. 1, p. 73-107, 2008.
- JIJELAVA, D.; VANCLAY, F. Legitimacy, credibility and trust as the key components of a social licence to operate: An analysis of BP’s projects in Georgia. **Journal of Cleaner Production**, v. 140, p. 1077-1086, 2017.
- JOYCE, S.; THOMSON, I. Earning a Social Licence to Operate : Social Acceptability and Resource Development in Latin America Social Risk. Latin America Sources of Social Risk. **The Canadian Mining and Metallurgical Bulletin**, v. 93, n. 1037, p. 1-9, 2000.
- KNOKE, D. The political economies of associations. **Research. Political Sociology**, v. 1, n. 1, p. 211-242, 1985.
- LAMONTAGNE, Annie. A configuração institucional da responsabilidade social empresarial nas relações capital/trabalho: empresas multinacionais de mineração no Brasil e no Canadá. 2015. 248 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)—**Universidade de Brasília**, Brasília, 2015.
- MOFFAT, K.; ZHANG, A. The paths to social licence to operate: An integrative model explaining community acceptance of mining. **Resources Policy**, v. 39, n. 1, p. 61-70, 2014.
- NELSEN, J.; SCOBLE, M. Social license to operate mines: Issues of situational analysis and process. **Department of Mining Engineering**, University of British Columbia, Vancouver, n. February, 2006.
- PRNO, J. An analysis of factors leading to the establishment of a social licence to operate in the mining industry. **Resources Policy**, v. 38, n. 4, p. 577-590, 2013.
- PRNO, J.; SLOCOMBE, D. S. Exploring the origins of “social license to operate” in the mining sector: Perspectives from governance and sustainability theories. **Resources Policy**, v. 37, n. 3, p. 346-357, 2012.
- SAMARCO. Relatório de Sustentabilidade 2014. Disponível em: <http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2014-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 01 maio 2017, 14:30:30.

SANTIAGO, A. L.; DEMAJOROVIC, J. Social license to operate: A case study from Brazilian mining industry. **Latin American Journal of Management for Sustainable Development**, v 3 p 19-34. 2016.

SANTIAGO, A. L. Licença social para operar relacionamento da empresa com a comunidade local: critérios de influência para a concessão da LSO. Um estudo de caso da mineração brasileira. 2016. 318 f., il. Tese (Doutorado em Administração de empresas)—**Centro Universitário FEI**, São Paulo, 2016.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. Ad. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 7, n. 1, 2011.

SOLOMON, F.; KATZ, E.; LOVEL, R. Social dimensions of mining: Research, policy and practice challenges for the minerals industry in Australia. **Resources Policy**, v. 33, n. 3, p. 142–149, 2008.

THOMSON, I. & BOUTILIER, R. G. Social license to operate. In P. Darling (Ed.), **SME Mining Engineering Handbook**. 2011.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. ZAHEER, SRILATA; ALBERT, STUART; ZAHEER, AKBAR. Time scales and organizational Theory. University of Minnesota. **Academy of Management**. 1399. Vol. 34, No. 4. 725-741. 1999.

ZHANG, A. et al. Understanding the social licence to operate of mining at the national scale: A comparative study of Australia, China and Chile. **Journal of Cleaner Production**, v. 108, p. 1063–1072, 2015.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abandono afetivo 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Administração 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 27, 29, 37, 38, 41, 46, 47, 48, 49, 52, 56, 57, 113, 117, 122, 134, 143, 145, 154, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 204, 209, 210, 212, 227, 265, 307, 318, 322, 328, 329, 330, 331, 342, 363

Amizade íntima 294, 298, 299, 300

Áreas marinhas protegidas 346, 347, 350, 355

Argumentação 140, 194, 195, 208, 209, 308

Arranjos institucionais 26, 28, 29, 30, 37, 124, 133, 136, 344

Artesanato 322, 323, 324, 326, 327

Assentamento Osvaldo de Oliveira 302, 309

Austeridade fiscal 147, 148, 155

### B

Bibliometria 48

Burocracia 1, 2, 3, 8, 10, 13, 14, 18, 21, 22, 24, 25, 70, 131, 265

Burocratas 1, 3, 9, 10, 11, 21, 22

### C

Carga tributária 113, 239, 240, 242, 243, 244, 246, 249, 250, 257, 258, 259

Comunicação 28, 32, 33, 36, 39, 44, 59, 60, 62, 65, 108, 112, 123, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 217, 241, 264, 295, 296, 314, 336, 337, 338, 343, 362, 363, 364

Conflitos socioambientais rurais 302, 303

Conservação ambiental 172

Constituição 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 19, 23, 71, 77, 94, 114, 118, 121, 128, 142, 143, 144, 147, 148, 151, 165, 166, 170, 174, 180, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 232, 237, 241, 259, 274, 296, 297, 300, 303, 305, 310, 332, 334, 344

Contabilidade Pública 46, 47, 48, 49, 50, 57, 58

Contaminación del aire 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192

Contemporaneidade 97, 98, 359, 360, 367

Controle 10, 20, 23, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 65, 81, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 126, 127, 129, 130, 134, 140, 156, 194, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 225, 264, 279, 280, 281, 282, 286, 291, 309, 327, 337, 345, 347, 363

Cooperativismo 122, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345

Cultura Política 203, 260

Custo no setor público 46, 48, 52, 53, 54, 55, 56

## D

Dano moral 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Degradação 11, 172, 179

Deliberação 124, 151

Derechos colectivos 181, 188

Desafios epistemológicos 346, 350

Desempenho eleitoral 271, 273, 275, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 292

Desenvolvimento Humano 41, 44, 88, 93, 239, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 255, 256, 257, 258, 288, 328, 331, 340

Desenvolvimento Local 154, 322, 323, 326, 327, 335

Documentos 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 105, 121, 122, 127, 131, 147, 158, 178, 225, 296, 303, 332, 353

## E

Educação 41, 42, 54, 55, 70, 86, 87, 88, 91, 95, 97, 98, 99, 122, 136, 137, 146, 154, 155, 163, 164, 222, 239, 240, 244, 247, 257, 258, 283, 288, 322, 332, 333, 336, 337, 338, 341, 342, 343, 345, 349, 366

Envelhecimento 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 124, 136, 369

Estabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 31, 115, 195

Estado 2, 3, 7, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 47, 49, 52, 61, 68, 73, 79, 81, 84, 88, 89, 101, 103, 107, 115, 116, 118, 121, 131, 132, 139, 140, 141, 142, 145, 151, 165, 166, 167, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 183, 184, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 208, 209, 211, 213, 216, 219, 222, 224, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 242, 246, 250, 252, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 275, 276, 279, 282, 286, 287, 290, 292, 298, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 310, 311, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 324, 325, 327, 359, 363, 365

Estado-consumidor 172, 173, 175, 179

Estado de Cosas Inconstitucional 228, 229, 234, 235, 236

Estados Constitucionales 228, 229, 230, 231, 236

## F

Feminicídio 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Financiamento de campanha 271, 273, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 291, 292

Flexibilização 1, 3, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24

## G

Gênero 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 79, 80, 82, 83, 151, 265, 280, 282, 286, 287, 292, 335, 346, 347, 348, 349, 350, 352, 354, 355, 356, 357

Geração de renda 113, 114, 116, 117, 120, 222, 240, 257, 323, 330

Gestão de documentos 26, 28, 35  
Gestão pesqueira 346, 349, 350, 358  
Gestão Social 123, 124, 125, 127, 128, 133, 136, 137  
Gobernanza 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236  
Gobierno 228, 231, 233, 235, 236  
Governo 1, 3, 5, 8, 9, 11, 12, 32, 33, 39, 40, 65, 115, 116, 117, 121, 133, 134, 139, 140, 147, 151, 156, 157, 173, 175, 179, 180, 198, 199, 225, 231, 242, 243, 244, 247, 248, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 275, 276, 287, 288, 290, 292, 306, 310, 317, 318, 319, 337, 357, 362, 363  
Grupos vulneráveis 148, 149, 151  
Guerra Fiscal 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122

## I

IDH 41, 239, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259  
Imigração na União Europeia 100  
impacto socioambiental 215, 225  
Imparcialidade 210, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300  
Incentivos fiscais 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 278  
Indenização 15, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169  
Iniquidade étnico-racial 63, 64, 70  
Interseccionalidade 72, 79, 82

## J

Jurisdição 194, 208, 211, 298

## L

Legislación 181, 183  
Legitimidade 29, 75, 198, 201, 215, 218, 219, 314  
Licença Social para Operar 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 226, 227  
Licitações públicas sustentáveis 172, 176  
Limites 7, 15, 43, 98, 108, 194, 196, 211, 217, 225, 231, 274, 361, 362, 366

## M

Magaldi 260, 265, 267, 268, 269, 270  
Masculinidade 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85  
Medio ambiente 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 233  
Minas Gerais 1, 26, 27, 30, 32, 33, 37, 38, 167, 170, 219, 220, 251, 256, 322, 323, 324, 325, 327  
Mobilidade transnacional 100, 101, 102, 103, 107, 108, 110  
Moçambique 359, 360, 361, 362, 363, 368

## N

Nutrição 147, 148, 347

## P

Políticas Públicas 10, 11, 21, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 60, 62, 63, 65, 68, 70, 80, 86, 98, 99, 121, 122, 123, 124, 126, 136, 137, 139, 140, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 156, 159, 175, 191, 235, 236, 241, 246, 247, 248, 249, 251, 256, 257, 258, 259, 277, 303, 304, 317, 318, 320, 323, 330, 334, 337, 338, 341, 348, 355, 369

Políticas Sociais Efetivas 239

Princípio de prevenção 181, 182, 183, 188, 189

Processos de Participação 124

Projeto de Desenvolvimento Sustentável 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 312

## R

Racismo 68, 72, 73, 77, 79, 80, 81, 82, 83

Rede de atendimento 39, 40, 41, 42, 44

Redes Sociais 129, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300

Reforma agrária 150, 153, 302, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 317

Representação 74, 75, 76, 77, 82, 198, 260, 261, 262, 267, 269, 292, 313, 328, 331, 333, 334, 335, 337, 340, 341, 349, 362, 363

Resíduos sólidos 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 178

Risco 26, 28, 39, 44, 78, 82, 116, 210, 215, 219, 223, 224, 226, 298

## S

Securitização da imigração 100, 111

SEI-MG 26, 27

Sistemas de Gestão Eletrônica 26

Software 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38

Suspeição do Juiz 294, 298

Sustentabilidade 138, 146, 148, 175, 176, 178, 179, 191, 193, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 225, 226, 231, 237, 305, 306, 320, 328, 329, 330, 331, 335, 337, 338, 340, 341, 342, 343, 347

## T

Teatro africano 359, 368

Teatro moçambicano 359, 361, 364, 365, 366

Teoria da Escolha Pública 271, 273, 275, 282, 289, 290, 291, 292

Tradição 195, 202, 210, 269, 326, 327, 359, 360, 361, 366, 367

Tribunal Constitucional 228, 229, 230, 232, 233, 234, 237

## V

Velhice 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99

Violência 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 106, 109, 224, 256, 257, 265, 312, 369

Violência contra a mulher 63, 64, 65, 68, 70, 80, 84

Vulnerabilidade 68, 78, 81, 131, 147, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 215, 219, 225, 353

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**